PERSPECTIVA
REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Volume 44, n. 2 – p. 01 – 19, abril/jun. 2026 – Florianópolis

eISSN 2175-795X

O senso comum em Antonio Gramsci e Paulo Freire: desafios para uma educação revolucionária das classes populares

Thiago Ingrassia Pereira
Ivan Penteado Dourado

Thiago Ingrassia Pereira
Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, Brasil
E-*mail*: thiago.ingrassia@uffs.edu.br
http://orcid.org/0000-0002-5558-7836

Ivan Penteado Dourado
Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Brasil
E-*mail*: ivan.dourado@udesc.br
https://orcid.org/0000-0002-4529-831X

Resumo

Com base no reconhecimento da influência gramsciana em Paulo Freire, torna-se relevante aprofundar as discussões sobre o senso comum e suas possíveis contribuições para processos políticos e educacionais transformadores. No presente texto, examina-se o papel que o senso comum ocupa na concepção educacional de Gramsci e Freire, permitindo revelar como os seres que estão em condição subalternizada pensam o mundo e percebem a si mesmos em um dado momento histórico, tendo a sua realidade moldada pelos interesses hegemônicos dos opressores. Frente a esse desafio, apresenta-se como questão central: Como Gramsci e Freire identificam o papel do senso comum e explicam as mudanças que a educação pode ser capaz de realizar na exata passagem do senso comum (naturalizador das opressões) para uma condição de liberdade (política/consciência)? Por meio de uma pesquisa bibliográfica de natureza teórica, retomam-se discussões contidas nas produções de ambos os autores e de alguns comentadores, no intuito de aprofundar novos entendimentos relativos ao lugar da educação frente à consciência dos sujeitos em condição de subalternidade. Assim, o debate teórico aponta elementos para a ação pedagógica revolucionária, considerando a esfera superestrutural e as condições materiais concretas da sociedade brasileira. Retomar Gramsci e Freire é parte de um projeto educacional orientado politicamente à libertação dos setores subalternizados do país pela lógica capitalista.

Palavras-chave: Senso comum. Antonio Gramsci. Paulo Freire.

Recebido em: 18/02/2026
Aprovado em: 03/11/2026

CC BY

http://www.perspectiva.ufsc.br
http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2026.e110901

Abstract

Common sense in Antonio Gramsci and Paulo Freire: challenges for a revolutionary education of the popular classes

Recognizing Gramsci's influence on Paulo Freire highlights the relevance of further examining common sense and its potential contributions to transformative political and educational processes. This article examines the role of common sense in Gramsci's and Freire's conceptions of education, revealing how people in subaltern positions understand the world and perceive themselves at a given historical moment, as their reality is shaped by the hegemonic interests of their oppressors. In light of this challenge, it poses the following central question: How do Gramsci and Freire identify the role of common sense and explain the changes that education may bring about at the point of transition from common sense (which naturalizes oppression) to a state of freedom (politics/consciousness)? Drawing on a theoretical study of the literature, the article revisits discussions in the works of both authors and some commentators to further develop new understandings of the role of education in relation to the consciousness of subjects in subaltern positions. The theoretical discussion thus identifies elements for revolutionary pedagogical action, considering the superstructural sphere and the concrete material conditions of Brazilian society. Revisiting Gramsci and Freire is part of an educational project politically oriented toward liberating the country's social groups subordinated by the logic of capitalism.

Keywords:
Common sense.
Antonio Gramsci.
Paulo Freire.

Resumen

El sentido común en Antonio Gramsci y Paulo Freire: desafíos para una educación revolucionaria de las clases populares

A partir del reconocimiento de la influencia gramsciana en Paulo Freire, resulta pertinente profundizar en los debates sobre el sentido común y sus posibles contribuciones a procesos políticos y educativos transformadores. El presente artículo examina el papel que ocupa el sentido común en las concepciones educativas de Gramsci y Freire, lo que permite revelar cómo las personas en situación de subalternidad piensan el mundo y se perciben a sí mismas en un momento histórico determinado, con una realidad moldeada por los intereses hegemónicos de los opresores. Ante este desafío, plantea la siguiente pregunta central: ¿Cómo identifican Gramsci y Freire el papel del sentido común y explican los cambios que la educación puede llegar a producir en el paso mismo del sentido común (que naturaliza la opresión) a una condición de libertad (política/conciencia)? Mediante una investigación bibliográfica de carácter teórico, el artículo retoma los debates presentes en las obras de ambos autores y de algunos comentaristas, con el propósito de profundizar en nuevas formas de comprender el lugar de la educación en relación con la conciencia de los sujetos en situación de subalternidad. Así, el debate teórico aporta elementos para la acción pedagógica revolucionaria, considerando la esfera superestructural y las condiciones materiales concretas de la sociedad brasileña. Retomar a Gramsci y Freire forma parte de un proyecto educativo orientado políticamente a la liberación de los sectores del país subalternizados por la lógica capitalista.

Palabras clave:
Sentido común.
Antonio Gramsci.
Paulo Freire.

Primeiras palavras

A contribuição da obra de Karl Marx para os fundamentos da educação é algo fortemente presente em setores do cenário acadêmico e nos movimentos sociais populares no Brasil. Pelo seu caráter crítico e antissistêmico, materializa uma perspectiva que recebe ataques dos setores conservadores e ligados ao capital. Dessa forma, "[...] no Brasil, o marxismo tem provocado incômodos, o que fomenta a mobilização de alguns grupos [...] a buscar formas de impedir que o pensamento marxista esteja nas escolas" (Bodart; Viana, 2022, p. 17).

Antonio Gramsci (1891-1937), pensador italiano, ocupa um lugar de destaque na produção intelectual ao contribuir para os avanços da tradição iniciada por Marx. Ao identificar a relevância do papel que a formação cultural, técnica e educacional e, portanto, ideológica das classes subalternizadas desempenha em contextos anteriores aos processos revolucionários, Gramsci (2024) defende que a educação tenha um lugar fundamentalmente tático na luta pela hegemonia. Ele insere no primeiro plano de suas teorias a centralidade da ética, da cultura e da educação na ação política da práxis emancipatória, ampliando o foco dos estudos marxistas para a superestrutura da sociedade capitalista. Segundo o autor,

> [...] a filosofia da práxis não busca manter os "simples" na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre intelectuais e os simples, não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas, justamente, para forjar um bloco intelectual moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 2024, p. 1496-1497).

Essas e outras importantes contribuições intelectuais do pensador italiano marcaram uma geração de pensadores clássicos brasileiros. Entre eles, destacamos Paulo Freire (1921-1997) (Marcon; Dourado, 2017), que teve reconhecidamente uma influência teórica gramsciana ocorrida durante o seu exílio no contexto da ditadura militar brasileira a partir de 1964 (Simões, 2019). Freire apresenta influências pontuais de algumas concepções e elementos conceituais/categoriais gramscianos, combinadas com as de outros(as) pensadores(as) da teoria crítica e de outras tradições existentes no seu tempo.

No caso de Freire, podemos identificar essa questão e, mesmo sem adentrarmos a explicação do eixo interpretativo em nível político, ou seja, sem explicitarmos o conteúdo da "consciência histórica", como bem identificou Novoa (1981), já apontar o elo fundamental com a tradição de Marx. Segundo o próprio Freire afirma sobre o contato com a tradição marxista e sua posterior inserção nela:

> [...] em última análise, devo dizer que tanto minha posição cristã quanto a minha aproximação de Marx, ambas jamais se deram ao nível intelectualista, mas sempre referidas ao concreto. Não fui às classes oprimidas por causa de Marx. Fui a Marx por causa delas. O meu encontro com elas é que me fez encontrar Marx e não o contrário (Freire, 1979, p. 74-75).

Com base nesse reconhecimento de uma inegável influência marxista e, mais precisamente, gramsciana em Paulo Freire, consideramos importante, no presente trabalho, aprofundar as discussões de Gramsci relativas ao senso comum e suas possíveis contribuições nas produções educacionais brasileiras. Dessa forma, discutiremos essas influências, focando no papel que o senso comum ocupa na concepção educacional dos subalternizados em Gramsci. A definição de senso comum, em nosso entendimento, é uma chave explicativa fundamental, já que permite revelar como os seres que estão em condição subalterna pensam o mundo e percebem a si mesmos nessa realidade cultural/ideológica e materialmente moldada pelos interesses das frações da classe hegemônica em cada momento histórico.

Diante desse desafio, apresentamos a questão central da presente reflexão: Como Antonio Gramsci e Paulo Freire identificam o papel do senso comum e explicam as mudanças que a educação é capaz de realizar na exata passagem do senso comum (naturalizador das opressões) para uma condição de liberdade (política/consciência) nos subalternos(as)/oprimidos(as)? Temos como pressuposto que retomar inicialmente as discussões contidas nas produções de Gramsci nos permitirá identificar uma outra forma de ler e entender Paulo Freire. Além disso, permitir-nos-á aprofundar novos entendimentos relativos ao lugar da educação frente à consciência dos sujeitos em condição de subalternidade. Assim, a educação estaria também profundamente relacionada à postura epistemológica/filosófica no ato de conhecer/lutar no mundo social, cultural e político.

Esse movimento educacional da classe trabalhadora estaria orientado pela proposta de uma outra hegemonia, elaborada e conduzida pelos subalternos. A educação constitui, portanto, uma verdadeira arena de disputa entre as classes sociais. A classe trabalhadora, para Gramsci (2024), precisa elaborar e lutar para efetivar sua própria hegemonia de forma coletiva. Para Freire (1979), a condição de libertação dos oprimidos se dará pela capacidade de ler as palavras e o mundo politicamente, como movimento consciente de sua própria libertação.

Para aprofundar e compreender esse movimento, buscamos identificar as particularidades em cada um dos pensadores, acompanhando os processos envolvidos na formação de sujeitos que, ao adquirirem um pensamento crítico/bom senso, teriam condições de partir em uma busca consciente da sua própria libertação, orientados pelo caminho ativo de luta coletiva. Em outras palavras, entendemos que percorrer a teoria de Gramsci e Freire em uma busca consciente da existência de um conjunto de mecanismos de opressão e de subalternidade impostos pelo modo de produção capitalista, materializados na forma de pensar o mundo contida no senso comum, se mostra um caminho profícuo na compreensão do papel da educação fundamentada na tradição marxista.

Assim, o pensamento político e educacional de Gramsci e Freire se presta à conectividade, ainda que preservadas as diferenças e singularidades de cada autor. Nosso objetivo é ressaltar a contribuição teórica dos autores para alicerçar um projeto público e popular de ruptura capitalista diante dos desafios atuais em tempos de "guerras híbridas" (Korybko, 2018) e de propagação crescente de notícias falsas (*fake news*) no mundo virtual.

Gramsci e o senso comum

O pensador italiano Antonio Gramsci pode ser considerado o primeiro intelectual que, no interior da tradição marxista, reconheceu no primeiro volume dos *Cadernos do cárcere*[1] (Gramsci, 2024) a importância fundamental do senso comum. Ele observa a necessidade de se compreender como as classes trabalhadoras pensam e vivem sua vida cotidiana. O autor constatou, em seu movimento de estudo e pesquisa, a existência de uma simplicidade de pensar a própria vida e a realidade entre os(as) trabalhadores(as), imersos(as) em uma visão de mundo empobrecida pela falta de acesso à cultura letrada e à formação técnica (classe em si) e cercados por condições materiais aviltantes. Como constatou precisamente a pesquisadora Anita Schlesener (2016, p. 34): "O que Gramsci procura mostrar é que a separação entre forma e conteúdo efetivada pelo pensamento liberal toma uma dimensão política e ideológica que alimenta o senso comum, com grande poder mistificador".

Diante da necessidade fundamental de libertação das formas de pensar a realidade social, cultural e ideológica contidas em uma concepção política da educação frente ao desafio de superação da ordem vigente, Gramsci concebe os(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade com grande potencial de serem formados educacionalmente para assumir o protagonismo do seu próprio futuro como classe. Ele reconhece que todo homem e toda mulher são filósofos(as), mas o que vai discernir a qualidade do seu pensar é o acesso ao conhecimento já produzido pela humanidade, tanto técnico quanto filosófico, como movimento fundamental para a formação qualificada da consciência política dos(as) trabalhadores(as) acerca da classe a que pertencem. Somente assim, os(as) trabalhadores(as) seriam capazes de assumir uma necessária direção política como classe social (classe para si) e protagonizar uma outra hegemonia na disputa pela superação do modo de produção capitalista.

Para os(as) trabalhadores(as), dotados(as) do potencial de construir uma hegemonia proletária capaz de superar a hegemonia cultural burguesa, o acesso ao conhecimento crítico e à cultura seriam meios fundamentais para sua libertação coletiva. Seria necessária a superação do senso comum, alcançando um "bom senso" que, segundo Gramsci (2024), constituiria o núcleo bom e racional do

1 A primeira edição dos *Cadernos do cárcere* foi publicada em 1947, na Itália. Utilizamos, neste estudo, a última versão traduzida pelo Instituto Gramsci Brasil (IGS-Brasil), em 2024.

senso comum. Assim, o movimento proposto por Gramsci parte do senso comum das classes subalternas, limitado e empobrecido, em um movimento educacional que envolve, portanto, superação ideológica e avanço técnico, alcançando um patamar teórico e filosófico próprio da classe, em um movimento coletivo capaz de afetar e transformar o senso comum em bom senso. Parte do senso comum em uma condição específica para voltar ao senso comum em uma condição intelectual e política superior, capaz de disputar a hegemonia no interior de uma dada sociedade.

Assim, por meio do acesso a uma nova cultura, juntamente com a aquisição de uma nova filosofia calcada na disciplina dos estudos e na práxis cotidiana de luta revolucionária, os(as) trabalhadores(as) teriam condições de assumir, coletivamente, a possibilidade de atuarem como dirigentes da sua própria luta. Elaborariam e dirigiriam suas ideias e seus valores em uma práxis revolucionária transformadora das condições materiais de existência. Como precisamente define Giovanni Semeraro (2024, p. XVII):

> Nesse sentido, os *Cadernos do cárcere* podem ser considerados como um mapa precioso que aponta caminhos imprescindíveis para as "classes subalternas" e os povos subjugados se organizarem politicamente para reivindicar seus direitos fundamentais, conquistar a hegemonia e construir uma nova civilização.

O pensador italiano reconhece o potencial intelectual das classes subalternas ao afirmar, no Caderno 11, que "[...] todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente" (Gramsci, 2024, p. 1487). Existiria, para Gramsci, uma diferença entre o pensamento cotidiano, mais elementar (uma ordem inferior), que constitui um tipo de filosofia espontânea, e o pensar filosófico da práxis (posição intelectual de ordem superior em relação à filosofia espontânea). Para ele, é necessário

> [...] destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são "filósofos", definindo os limites e as características desta "filosofia espontânea", peculiar a "todo o mundo", isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, consequentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por "folclore" (Gramsci, 2024, p. 1146).

Ao apontar para a deselitização da filosofia, definindo o seu acesso para a massa de trabalhadores(as) (povo do campo e da cidade), Gramsci (2024) reconhece que, em todo movimento de pensamento, seria sempre possível identificar elementos do pensamento filosófico em ação. O desafio estaria focado em qualificar esses movimentos intelectuais das massas por meio do acesso ao conhecimento técnico e filosófico. Para Gramsci (2024, p. 1487), "[...] até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na 'linguagem', está contida uma determinada concepção do mundo".

Ao mesmo tempo, Gramsci (2024) reconhece que o senso comum, esse pensamento imediato e pouco profundo produzido pela filosofia espontânea, é desagregado, confuso e pontual. As crenças religiosas, por exemplo, para o autor, constituiriam "elementos principais do senso comum", já que, segundo ele, seriam "[...] fornecidos pelas religiões e, consequentemente, a relação entre senso comum e religião é muito mais íntima do que a relação entre senso comum e sistemas filosóficos dos intelectuais" (Gramsci, 2024, p. 1147). Presos a esse tipo de pensamento, os sujeitos oriundos das classes subalternizadas não seriam capazes de reconhecer a sua condição e, muito menos, se libertar da condição de dominação imposta pelas classes dominantes, conduzindo essas últimas a uma posição de vantagem na manutenção da sua hegemonia na sociedade capitalista.

A relação estabelecida por Gramsci entre educação/cultura e direção política/ideologia está, portanto, profundamente relacionada à qualificação do exercício do pensamento. Essa relação se eleva em qualidade e profundidade por meio da educação do pensamento, que precisa ser orientada para as necessidades da classe a que se pertence e cultivada na mente de todos(as) os(as) trabalhadores(as) (Gramsci volta sua atenção direta ao mundo do trabalho, seja no campo ou na cidade) agrupados no interior da categoria "classes subalternas" ou que estão subalternizados, pois ninguém é subalterno(a) em essência, mas em relação ao movimento de dominação historicamente construído. Sobre essa definição, o autor trata, no Caderno 11, da imposição aos(às) subalternos(as):

> [...] de uma concepção do mundo "imposta" mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou a província, pode se originar na paróquia e na "atividade intelectual" do vigário ou do velho patriarca, cuja "sabedoria" dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação) (Gramsci, 2024, p. 1487).

A relação mais potencial no que diz respeito à revolução das classes subalternas está na ligação profunda entre a elevação intelectual de todos(as) os(as) subalternos(as) e a superação da condição de opressão e exploração em que se encontram. Assim, em Gramsci, a subjetividade da classe subalterna é um dado de classe, central no seu processo coletivo e histórico de práxis na superação da sua condição subalterna. Nesse movimento, as classes subalternas buscariam superar a forma de pensar espontânea constituída pela internalização dos mecanismos sociais de dominação criados pela classe dominante. Estes últimos se manifestam pelo pensamento espontâneo do senso comum – o lado oposto do bom senso que precisa conscientemente ser alcançado por toda a coletividade de classe.

O conhecimento ganha um sentido político e emancipatório coletivo no reconhecimento da sua posição de classe e na tomada de consciência da direção política e, é importante reforçar, na constituição de uma nova hegemonia capaz de superar a ordem capitalista. Essa superação constitui

um tipo de ruptura do pensamento da ordem do senso comum, fundamental para um impulso filosófico da formação dos "homens filósofos" e de "mulheres filósofas". Dentro de um novo sentido coletivo de pensamento, emerge uma nova ordem filosófica e moral fundamental para a constituição de uma nova sociedade. Assim, Gramsci (2024, p 1147) propõe

> [...] elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade.

Consideramos fundamental reconhecer a complexidade da filosofia indicada por Gramsci. Essa proposta está contida em um processo que se inicia pelo acesso dos(as) subalternos(as) aos conhecimentos produzidos pelas classes dominantes, mas seu fim não se esgota nesse movimento de popularização da filosofia de origem burguesa. Nesse sentido, a filosofia que deu origem ao marxismo foi escrita por intelectuais que não tinham origem subalterna (Marx e Engels, por exemplo). Gramsci reconhece a importância desse legado intelectual e defende que este precisaria ser estudado pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras de todo o mundo.

Em um segundo momento, com a emergência desses novos(as) intelectuais/filósofos(as) de raízes proletárias, teríamos uma nova filosofia, produzida pelos(as) intelectuais orgânicos(as) subalternos(as), "[...] que será própria do gênero humano mundialmente unificado" (Gramsci, 2001, p. 94), o que nos conduz diretamente à concepção de homem[2] (ser) de Gramsci. No exato momento em que recuperamos a concepção de "homem" (ser humano) na teoria gramsciana, percebemos de imediato uma concepção ativa do ser. Dessa forma,

> [...] ao fazer a pergunta o que é o homem queremos dizer: o que o homem pode se tornar, isto é, se o homem pode dominar seu próprio destino, pode "se fazer", pode criar uma vida para si mesmo. Portanto, dizemos que o homem é um processo e precisamente o processo de seus atos. [...] refletimos sobre nós mesmos e sobre os outros e queremos saber, em relação ao que refletimos e vimos, o que somos, e o que podemos nos tornar, se realmente somos, dentro de que limites, os "criadores de nós mesmos", de nossa vida, de nosso destino (Gramsci, 2024, p. 1455, Caderno 10).

A dimensão pedagógica e ativa na concepção de Gramsci (2024) relativa ao senso comum é inegavelmente potente no papel dos(as) intelectuais orgânicos(as) e das massas na disputa pela hegemonia. Diferente de uma postura mais constatativa quanto ao papel do(a) pesquisador(a) em revelar a realidade limitada do senso comum passivo das massas, identificamos uma postura transformadora inscrita em uma ação coletiva e socialmente engajada dos(as) intelectuais que são,

2 É importante destacarmos que compreendemos a importância política e acadêmica da afirmação da linguagem inclusiva de gênero. Contudo, preservamos o contexto histórico em que as obras foram produzidas, sem prejuízo da nossa concepção aprendida a partir do movimento feminista e de obras autocríticas como o livro *Pedagogia da Esperança*, no qual Freire (1999) reconhece seu sexismo em obras anteriores e muda sua escrita.

também, educadores(as). O objetivo é construir junto às massas trabalhadoras uma nova forma de pensar e agir, uma filosofia da práxis que, segundo ele,

> [...] não significa fazer individualmente descobertas "originais". Significa também e acima de tudo, difundir criticamente verdades já descobertas, "socializá-las", por assim dizer e, portanto, torná-las base de ações vitais, elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral. Que uma massa de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato "filosófico" bem mais importante e "original" do que a descoberta, por parte de um "gênio" filosófico, de uma nova verdade que permanece como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 2024, p. 1489, Caderno 11).

Para Gramsci (2024), é fundamental que a filosofia crítica defendida seja capaz de conduzir o senso comum das massas ao movimento de elevação da qualidade do pensamento de forma coletiva. É imprescindível que o núcleo positivo, o bom senso, esteja calcado na filosofia em contato com o simples e prosaico do cotidiano. Nesse movimento, Gramsci parte de um senso comum dos(as) subalternos(as), como um dado de classe, para a sua elevação em um movimento político, histórico e dialético, para retornar ao pensamento comum elevado (bom senso) em um processo revolucionário. Segundo o autor,

> [...] quando no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, nunca esquece de permanecer em contato com o "simples" e, ainda mais, encontra nesse contato a fonte dos problemas a serem estudados e resolvidos? Só por meio deste contato uma filosofia se torna "histórica", depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e torna-se "vida" (Gramsci, 2024, p. 1494, Caderno 11).

Assim, o exercício do pensar e a prática filosófica não constituem, para Gramsci (2024), um movimento alheio às massas. Não se trata de uma concepção de filosofia como algo que não existia antes e que agora chegaria para ocupar espaço nas mentes. Pensar já constitui um ato filosófico por natureza e todos nós pensamos. O que Gramsci propõe constitui um movimento de inovação na qualidade do pensamento coletivo das massas subalternas (senso comum), tornando este crítico (bom senso). O papel dos(as) intelectuais orgânicos(as) da classe trabalhadora seria o de cultivar os ingredientes críticos, históricos e coesos no pensamento dos trabalhadores. Essas contribuições poderiam ser "[....] consideradas as 'pontas' de progresso do senso comum" (Gramsci, 2024, p. 1495, Caderno 11). O papel pedagógico do ensino de filosofia da práxis (em sentido amplo) teria, portanto, uma concepção e princípios orientativos assim apresentados por Gramsci:

> No ensino de filosofia voltado [...] a formá-lo culturalmente, a ajudá-lo a elaborar criticamente o próprio pensamento para participar de uma comunidade ideológica e cultural, é necessário partir do que o estudante já conhece, da sua experiência filosófica (após ter-lhe demonstrado precisamente que ele tem uma tal experiência, que é um "filósofo" sem o saber). E, uma vez que se pressupõe uma certa média intelectual e cultural nos estudantes, que provavelmente só tiveram informações esporádicas e fragmentárias, e carecem de qualquer preparação metodológica e crítica, não se pode não partir do "senso comum", em primeiro lugar, em seguida da religião e, só em um terceiro momento, dos sistemas filosóficos elaborados pelos intelectuais tradicionais" (Gramsci, 2024, p. 1513, Caderno 11).

As massas constituirão blocos intelectual-morais para alcançar, por meio da filosofia da práxis, uma "concepção superior de vida" (Gramsci, 2024, p. 1616, Caderno 11). Os(As) intelectuais serão as massas e não mais um grupo seleto e diminuto. Serão homens e mulheres ativos de massa, uma coletividade política e social que, segundo o autor, "[...] opera praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, que, também, é um conhecer o mundo enquanto transforma" (Gramsci, 2024, p. 1497, Caderno 11). Para ele, a essência humana é política: "Assim, pode-se dizer que o homem é essencialmente 'político', já que a atividade de transformar e dirigir conscientemente outros homens realiza sua 'humanidade' [...]" (Gramsci, 2024, p. 1450, Caderno 10).

Para Gramsci, não existe separação/divisão entre as dimensões da pedagogia, da filosofia e da política, já que estão profundamente imbricadas na transformação do real, com profundo lastro na base material e simbólica do sistema social. Assim, na proposta do pensador sardo, a relação entre a superação do senso comum e a formação intelectual dos(as) trabalhadores(as), visando à formação de um bloco hegemônico dos(as) subalternos(as), se mostra profundamente articulada. Ainda em relação ao Caderno 10, Schlesener (2016, p. 108) afirma: "Somente a organização política permite superar as limitações culturais impostas pela hegemonia dominante, a partir da explicitação das contradições que permeiam o social e da formação de uma concepção crítica e coerente".

Com Gramsci, identificamos a importância de o senso comum ser reconhecido e compreendido em cada contexto (sua constituição religiosa e folclórica, no caso italiano), para ser superado por uma nova consciência crítica. No entanto, cabe agora a pergunta: Seria possível realizarmos esse movimento de compreensão do senso comum no contexto brasileiro? Não apenas respondemos positivamente a essa questão, mas voltamos agora nossa atenção ao processo teórico que Paulo Freire efetivamente realizou e teorizou em a partir da experiência brasileira.

Freire e o senso comum

O debate acerca do senso comum no pensamento de Freire é altamente importante para a compreensão adequada da proposta política e pedagógica do autor, inclusive para que possamos entender núcleos temáticos fundamentais do pensamento freireano, explorando as dimensões antropológica, política, epistemológica e metodológica. Reconhecemos que a obra de Freire apresenta sínteses originais no campo da Filosofia da Educação (Zitkoski, 2022), ofertando fecundo referencial para subsidiar práticas transformadoras em termos educacionais e culturais.

Dessa forma, a elaboração teórica de Freire é parte de um percurso no qual as experiências práticas e a reflexão sobre elas se encontram, abrindo possibilidades de diálogos tanto com outros(as) autores(as) de matrizes teóricas mais próximas como com aqueles(as) que se situam mais distantes, ainda que não antagônicos(as). A obra de Freire nos convida a percebê-la em sua historicidade que constitui uma trajetória intelectual marcada por posturas politicamente situadas e

epistemologicamente abertas (Dourado, 2024). Assim, há estudos que apontam para distintos debates teóricos, por exemplo, entre Freire e Zygmunt Bauman (Pereira; Silva, 2025), assim como entre Freire e Jürgen Habermas (Zitkoski, 2000) e Freire e Immanuel Kant (Zatti, 2007).

Um exemplo da potência dialógica da obra freireana é uma publicação (Freitas; Ghiggi; Pereira, 2014) derivada do Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire, evento anual e itinerante no estado do Rio Grande do Sul, realizado de forma ininterrupta desde 1999. Nessa coletânea encontram-se textos que aproximam o pensamento de Paulo Freire de autores como Boaventura de Sousa Santos, Enrique Dussel, Augusto Boal, Florestan Fernandes, Jean-Jacques Rousseau, Anton Makarenko, Edgar Morin e Michel Foucault. Além desses, há um capítulo que explora conexões epistemológicas entre Freire e Gramsci, o qual destaca a valorização do senso comum no contexto da Educação Popular (Azevedo; Reis, 2014).

Por meio de influências teóricas plurais, como o existencialismo, a fenomenologia, o humanismo cristão e o marxismo, Freire constrói uma perspectiva educacional que problematiza o capitalismo, realizando a denúncia das situações de opressão e dominação social. Para além disso, o autor anuncia novas possibilidades históricas que passam, necessariamente, por processos de conscientização das classes populares. Há no horizonte um processo revolucionário de ruptura capitalista e de construção de uma sociedade socialista, pautada na justiça social.

Nesse ponto em especial é que Freire se conecta à perspectiva política e cultural de Gramsci. Ao realizarmos uma "arqueologia bibliográfica" de Freire, podemos verificar a aproximação definitiva do autor com a matriz marxista, reforçada pela sua experiência no contexto de descolonização da África. Nesse sentido,

> [...] nos anos 1970, Paulo Freire teve forte influência da cultura africana pelo contato direto com o povo e com seus intelectuais, como Amílcar Cabral e Julius Nyerere. Nesse período, vem o contato mais próximo com a obra de Gramsci, Kosik, Habermas e outros filósofos marxistas. Parece-me que o marxismo de Paulo Freire se nutre nas obras desses autores, especialmente Gramsci. [...]. O que há de original em Freire, com relação ao marxismo, é que ele afirma a subjetividade como condição de transformação social. Daí o papel da educação como conscientização (Gadotti, 2019, p. 15-16).

O próprio Freire, em diálogo com Moacir Gadotti e Sérgio Guimarães, afirma a influência de Gramsci em sua visão política e pedagógica, em especial quanto ao papel reservado ao(à) intelectual em processos de reinvenção do poder:

> [...] para mim o caminho gramsciano é fascinante. É nessa perspectiva que me coloco. No fundo tudo isso tem a ver com o papel do chamado **intelectual**, que Gramsci estuda tão bem e tão amplamente. Para mim, se a classe trabalhadora não teoriza a sua prática é porque a burguesia a impede de fazê-lo. Não porque ela seja naturalmente incompetente para tal (Gadotti; Freire; Guimarães, 2008, p. 68).

Constatar a influência da leitura marxista e gramsciana em Freire não reduz o seu pensamento a essa matriz teórica, pois, como vimos, a obra do autor é ampla e aberta ao diálogo entre diferentes concepções integrantes do que poderíamos denominar de campo progressista/crítico. Contudo, é fundamental percebermos como Freire se aproxima de Gramsci no debate sobre o senso comum ou sobre o que ele denominava de "saber de experiência feito". De certa forma, a reelaboração do senso comum em bases mais críticas e complexas é parte de uma estratégia contra-hegemônica das classes populares no âmbito de atuação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora (Saul; Voltas, 2017).

Assim, essa primeira leitura de mundo que brota da experiência concreta e (inter)subjetiva das pessoas é o ponto de partida dos processos formativos que desencadeariam a superação, sem ruptura, do senso comum típico da intransitividade da consciência, ou seja, do estágio em que os sujeitos se encontram imersos na realidade, sem a capacidade de estabelecer conexões mais amplas que permitam o desvelamento das situações que os oprimem.

A noção de senso comum como "saber de experiência feito" remete ao segmento racional do senso comum para Gramsci – o bom senso. Para Freire (2002), esse saber da experiência é o que permite a construção epistêmica dos segmentos populares, pois, sem isso ser levado em conta, podemos cair no academicismo que apenas considera como legítimo o conhecimento sistematizado que, historicamente, foi negado ao povo (Pereira, 2017). Partir do conhecimento imediato da experiência não significa ficar nele, mas produzir processos formativos que possam direcionar, por meio da leitura da palavra, uma leitura mais crítica e complexa do mundo. Para Freire (2002, p. 34),

> [...] não há para mim, na diferença e na distância entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodologicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação. A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se criticiza. Ao criticizar-se, tornando-se então, permito repetir, curiosidade epistemológica, metodicamente "rigorizando-se" na sua aproximação ao objeto, conota seus achados de maior exatidão. Na verdade, a curiosidade ingênua que, "desarmada", está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Muda de qualidade, mas não de essência.

Essa proposta apresenta alto potencial em contextos de educação de jovens e adultos, nos quais a leitura de mundo está consolidada pela experiência de vida (Mayo, 2004). Nessa linha, Protásio (2021) considera três categorias conceituais em seu exercício de aproximação teórica entre Freire e Gramsci: senso comum, imersão e intransitividade. Para Protásio (2021), o senso comum na linha gramsciana se formula como uma racionalidade operativa, essencialmente composto por evidências que conformam a "filosofia das multidões" ou a "filosofia dos(as) não filósofos(as)", deixando as pessoas imersas no cotidiano. Assim, a intransitividade é uma característica fundante da consciência fechada, que tende ao fanatismo, ao pensamento mágico do transcendental e, portanto, à aderência fatalista ao que se apresenta como "natural".

A percepção de Freire de um entendimento processual da educação, segundo o qual precisa partir sempre do "conhecimento popular", do conhecimento da prática e da vida do(a) educando(a), revela o seu ponto de partida, o senso comum que articula seu viver para o desafio de novos aprendizados. No caso das palavras geradoras, por exemplo, elas emergem de um desafio de Paulo Freire de realizar uma alfabetização de jovens e adultos(as), por meio da pesquisa do universo vocabular e dos costumes populares.

Assim, seria possível uma aproximação gradativa entre o "senso comum" e a "filosofia que transforma o mundo", segundo define Freire (1979, p. 26). Esse processo teria o potencial de realizar a passagem da curiosidade ingênua para uma curiosidade epistemológica. Em suas palavras,

> [...] num primeiro momento a realidade não se dá aos homens como objeto cognoscível por sua consciência crítica. Noutros termos, na aproximação espontânea que o homem faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica, mas uma posição ingênua. A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura (Freire, 1979, p. 26).

Dessa forma, torna-se necessária a conscientização dos(as) oprimidos(as) acerca da relação de opressão que ocorre no interior da sociedade capitalista (Dourado, 2024). A educação passa a ser a principal responsável por esse processo de trazer à consciência a percepção da realidade de opressão que vivem os(as) mais pobres, segmento que constitui a classe popular. Quando categorias políticas como classe social, opressão e injustiça ingressam na discussão de uma pedagogia do "oprimido(a)", Freire centraliza, gradativamente, conceitos articuladores de sua proposta de educação que parte do senso comum do povo e aponta para movimentos de consciência e de novas práticas, tais como o exercício da liberdade e da autonomia (Zatti, 2007).

Em uma passagem bastante ilustrativa que articula esses entendimentos dentro de uma pedagogia do oprimido, encontramos uma proposta de definição do entendimento freireano sobre o significado de pedagogia. Nessa definição, está presente uma clara posição política. Segundo Freire (1981, p. 32), a pedagogia do oprimido

> [...] tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por uma libertação, em que esta pedagogia se fará e se refará.

Cabe ressaltarmos que, na presente discussão, recuperamos Freire com o objetivo de discutir o senso comum e seu papel no contexto brasileiro e a sua centralidade na concepção educativa dos oprimidos. A educação, para Paulo Freire, seria uma das principais ações responsáveis pela abertura do ser humano ao mundo. Sobre a concepção de abertura ao mundo, elemento essencial na sua concepção de humanidade, ele afirma que "[...] não haveria existência humana sem a abertura de

nosso ser ao mundo, sem a transitividade de nossa consciência" (Freire, 2002, p. 98). A educação concebida dentro de uma relação dinâmica de troca de conhecimentos entre educador(a) e educando(a), entre as diferentes gerações ou também entre distintas realidades sociais e culturais dos indivíduos, sempre mediada pelo diálogo, apresenta uma definição pedagógica bastante rica. A educação, então, é atravessada por um sentido humanizador.

O convívio mediado pelo diálogo seria um dos elementos constitutivos de uma educação que rompe com as hierarquias de poder e de autoridade definidas por Freire (2002) como tradicionais. A educação proposta, oposta ao modelo de educação tradicional, seria, então, um espaço de criação do novo, capaz de construir novos sentidos para os conhecimentos produzidos ao longo da história da humanidade. Em outras palavras, torna o conhecimento "morto", materializado nos livros, nas estantes das bibliotecas e na reprodução automática das informações pela memorização, em conhecimento vivo.

O conhecimento só passaria a ganhar vida quando existisse um movimento ativo de produção de novos sentidos, em uma ação educativa mediada pelo diálogo com o mundo e com outros sujeitos. Esse processo educativo específico traz, como uma das consequências, a mudança da forma como o ser humano percebe o mundo e, consequentemente, se posiciona nele, dentro de uma coletividade.

Nesse ponto da teoria freireana, a concepção de política refere-se ao entendimento crítico de uma realidade desigual, uma consciência que se faz pela educação da palavra e da política no mundo. Existiria o senso comum como uma espécie de "sexto sentido", na troca que se realiza também no interior do espaço educativo, uma intersubjetividade político-educativa. A educação teria, portanto, o papel de mediar a relação do sujeito com a realidade. A educação teria, também, a responsabilidade de aproximar o sujeito dos conhecimentos existentes e, com isso, a realidade é gradativamente percebida como nova. A realidade (objeto) em si não muda apenas pela ampliação da consciência. O que muda por meio do processo educativo é a forma como o ser humano (sujeito) percebe essa realidade modificar-se (nova percepção da realidade).

Agora, a realidade passa a ser mediada pela aquisição de novos conhecimentos, revelando sentidos para eles(as). O conhecimento torna-se um elemento vivo na nova relação que o sujeito estabelece com o mundo, e descobre-se, assim, um novo sujeito. A partir daí, com o sujeito responsabilizado gradativamente pelo mundo, a transformação da realidade apresenta-se como uma opção necessária. Segundo Freire (1981, p. 29), "[...] desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem, a si mesmos, como problema. Descobrem que pouco sabem de si [...]". A educação assume um sentido político em que o conhecimento ganha um peso político e se torna uma ferramenta pela qual o sujeito se percebe como protagonista da mudança da sua realidade concreta.

Por isso, destacamos a importância do conhecimento teórico e prático (práxis) como mediador desse processo de educação com o mundo, um potencial de consciência que abre o sujeito à

complexidade do real, uma consciência máxima para compreender criticamente a realidade, despertando no sujeito o que Freire (1983) chamou de inédito viável. Sobre essa dimensão específica da consciência transitivo-crítica, o autor afirma que,

> [...] no contexto teórico, tomando distância do concreto, buscamos a razão de ser dos fatos. Em outras palavras, procuramos superar a mera opinião que deles temos e que a tomada de consciência dos mesmos nos proporciona, por um conhecimento cabal, cada vez mais científico em torno deles (Freire, 1983, p. 42).

Identificamos uma educação dialógica que permite a conexão entre a teoria e a realidade, entre a alfabetização do mundo e a humanização do sujeito como um processo sem fim, revelando o sentido de um processo de abertura do sujeito frente ao inacabamento de sua relação com o mundo. O senso comum, assim, tanto em Freire, no contexto brasileiro, quanto, antes dele, em Gramsci, no contexto italiano, aponta para a centralidade dessa concepção, como constituidor de um espaço primeiro de disputa pela hegemonia, como mecanismo fundamental de consciência e formação da subjetividade política, cultural e ideológica. A educação, portanto, constitui elemento central de disputa pela formação crítica e política da realidade e necessita ser pensada e discutida pelas massas e com as massas subalternas/oprimidas.

Considerações finais

Para além da influência que Paulo Freire recebeu dos escritos de Antonio Gramsci na sua fase intelectual importante de amadurecimento e radicalização política, temos na presente discussão um elemento central que se liga às definições de hegemonia e educação revolucionária em Gramsci e à formação fundamental de consciência crítica do povo e à proposta de educação libertadora em Freire. Em ambos os autores, identificamos raízes comuns de propostas educacionais que partem do reconhecimento da relevância e do respeito ao senso comum do povo trabalhador.

Cabe ressaltarmos que ambos os pensadores possuem diferenças e contribuições que se aproximam e se afastam a depender do estudo das demais categorias e dos conceitos por eles elaborados. Antonio Gramsci se mostrou bastante fiel à tradição marxista, dialogando criticamente com pensadores do seu tempo, realizando o movimento de superação por incorporação nessa tradição. Já Paulo Freire, como definimos logo no início deste texto, amplia seu cabedal conceitual com autores de variadas matrizes teóricas, em contextos e momentos específicos do seu processo de amadurecimento intelectual. Ao mesmo tempo, há evidências da centralidade que o senso comum ocupa em ambos os autores, tendo como preocupação reconhecer o espaço que ele ocupa no pensamento dos subalternos/oprimidos.

Tanto Gramsci quanto Freire reconhecem a importância de partir do senso comum, do saber popular, da filosofia espontânea ou das multidões como caminho fundamental para a libertação/elevação intelectual dos(as) oprimidos(as)/subalternos(as) ou subalternizados(as). Gramsci, na formação de quadros dirigentes, reconhece esse ponto de partida como movimento fundamental na constituição de um bloco histórico da classe trabalhadora, propondo uma ruptura com a até então cristalizada oposição entre dirigentes e dirigidos(as). A ideia de que sempre seria necessário existir uma pequena parcela de intelectuais dirigentes que conduziriam as massas amorfas incapazes de dirigir sua própria libertação é superada de forma contundente. Gramsci populariza o pensamento filosófico e coletiviza a função de intelectual dirigente na massa trabalhadora com objetivo de superar essa hierarquização desigual de direção.

Freire populariza o conhecimento letrado com a alfabetização das massas pela via das palavras geradoras, para posteriormente trazer vida ao conhecimento produzido historicamente pela elite intelectual, com sentido político para a libertação dos(as) oprimidos(as). Aprendemos a pensar com qualidade na mesma medida em que o ensino se efetiva por meio do diálogo, com base na curiosidade legítima das massas trabalhadoras.

Temos em Gramsci o senso comum como ponto de partida do movimento da práxis. O senso comum não é romanceado, superdimensionado ou enaltecido, mas reconhecido como constituidor do pensamento das classes que não vivem uma estrutura de privilégio e se encontram em uma condição de dominação. O senso comum é criticado por um conjunto de limitações e posturas passivas, que naturalizam a realidade dada, mas sem culpabilizar o indivíduo por essa condição. O senso comum constitui um ponto de partida, um contexto social que forma a subjetividade. Reconhecemos seu poder de conformação basilar do pensamento dos(as) subalternos(as) e entendemos que ele se torna também um ponto de chegada da classe, em um novo patamar de compreensão da sua condição subalterna. Agora, a classe opera o pensamento pelo bom senso, sendo possível, assim, movimentar-se no sentido de uma nova elaboração teórica revolucionária, com o objetivo de alcançar/afetar a coletividade subalterna.

Ao mesmo tempo, ao definir as etapas de superação do senso comum, identificamos no pensador sardo uma posição de formação/elevação intelectual e moral. Essa formação/elevação estaria a serviço da superação das formas culturais de opressão e conduziria também, em outros níveis e espaços sociais, à superação do próprio modo de produção capitalista. Esse movimento de pensamento e ação seria um dos ingredientes que constituiriam uma práxis emancipatória. Esse processo de elevação crítica do pensamento parte do senso comum para alcançar os conhecimentos filosóficos, por meio dos quais os homens e mulheres de origem popular, do campo e da cidade, teriam no pensamento uma nova ferramenta para pensar e agir. Emergiria pela formação cultural das

massas um novo mecanismo contido no processo revolucionário de superação do capital. De certa forma, se potencializaria o bom senso.

Em Paulo Freire, a libertação dos(as) oprimidos(as) se efetiva também na formação da consciência crítica, um tipo de subjetividade libertadora, formadora de curiosidades epistemológicas orientadas politicamente. Freire se alinha com a frase clássica do pensador cubano José Martí, segundo a qual somente "o conhecimento liberta". Entretanto, o movimento que o educador e o educando precisam realizar se estabelece por meio de mudanças sociais e econômicas da sociedade, só podendo ser conseguido pelo "[...] efeito de um trabalho educativo crítico com esta destinação" (Freire, 1979, p. 69). Essa nova etapa de consciência, para o autor, levaria a uma reflexão crítica somada à ação ou práxis crítica e libertadora.

A busca pela autonomia em Freire e Gramsci se liga profundamente com a percepção crítica da realidade dada, passando pelo reconhecimento de que a realidade cultural, política e econômica é resultado de construções históricas que até então agiam na manutenção e reprodução dos privilégios da classe burguesa dominante. Partir do senso comum, em Freire e Gramsci, é, de fato, um princípio educativo fundamental que acena ao processo revolucionário. Para transformar, é preciso compreender e, para compreender, é preciso partir da condição material e cultural que direciona a percepção da realidade.

Referências

AZEVEDO, Jose Clovis de; REIS, Jonas Tarcísio. Conexões epistemológicas: o pensar freireano em discussão. *In*: FREITAS, Ana Lúcia Souza de; GHIGGI, Gomercindo; PEREIRA, Thiago Ingrassia (org.). **Paulo Freire em diálogo com outros(as) autores(as)**. Passo Fundo: Méritos, 2014. p. 41-64.

BODART, Cristiano das Neves; VIANA, Nildo. Karl Marx na escola brasileira. *In*: BODART, Cristiano das Neves; VIANA, Nildo (org.). **Por que eles têm medo de Karl Marx na escola?**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2022. p. 17-38.

DOURADO, Ivan Penteado. Os três momentos da teoria de Paulo Freire: amadurecimento e historicidade intelectual. **Revista Multifaces**, Montes Claros, v. 6, n. 2, p. 8-15, 2024. DOI: 10.29327/2169333.6.2-2. Disponível em: https://multifaces.ifnmg.edu.br/index.php/multifaces/article/view/301. Acesso em: 13 out. 2026.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de; GHIGGI, Gomercindo; PEREIRA, Thiago Ingrassia (orgs.). **Paulo Freire em diálogo com outros(as) autores(as)**. Passo Fundo: Méritos, 2014.

GADOTTI, Moacir. Prefácio: fontes do andarilho da utopia. *In*: PITANO, Sandro de Castro; STRECK, Danilo Romeu; MORETTI, Cheron Zanini (org.). **Paulo Freire**: uma arqueologia bibliográfica. Curitiba: Appris, 2019. p. 13-20.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia**: diálogo e conflito. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: obra completa. Tradução: International Gramsci Society Brasil. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARCON, Telmo; DOURADO, Ivan Penteado. Paulo Freire um clássico da educação: contribuições epistêmicas, políticas e pedagógicas. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 84-100, 2017. DOI: 10.17058/rea.v25i2.8774. Disponível em: https://seer.unisc.br/index.php/reflex/article/view/8774. Acesso em: 13 out. 2026.

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a educação de adultos**: possibilidades para uma ação transformadora. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NOVOA, Carlos Alberto Torres. **Leitura crítica de Paulo Freire**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. A vida ensina: o "saber de experiência feito" em Paulo Freire. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, ed. esp., p. 112-125, 2017. DOI: 10.14295/remea.v0i0.6896. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6896. Acesso em: 13 out. 2026.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. Bauman, Freire e a ambivalência da educação na (pós)modernidade. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-12, 2025. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.20.24972.073. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/pt_BR/article/view/24972. Acesso em: 13 out. 2026.

PROTÁSIO, Alexandre Reinaldo. 100 anos de Paulo Freire: diálogos com Antônio Gramsci sobre senso comum, imersão e intransitividade. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 65, p. 1-33, 2021. DOI: 10.15210/caduc.v0i65.22081. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/22081. Acesso em: 13 out. 2026.

SAUL, Alexandre; VOLTAS, Fernanda Quatorze. Paulo Freire e Antonio Gramsci: aportes para pensar a formação de professores como contexto de construção de práxis docentes contra-hegemônicas. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 134-151, 2017. DOI: 10.17058/rea.v25i2.8961. Disponível em: https://seer.unisc.br/index.php/reflex/article/view/8961. Acesso em: 13 out. 2026.

SCHLESENER, Anita Helena. **Grilhões invisíveis**: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

SEMERARO, Giovanni. Prefácio. Etapas das traduções dos Cadernos do cárcere no Brasil. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: caderno 14 (I): 1932-1935 miscelânea. Tradução: Anita Schlesener e Maria Socorro Militão. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. p. VII-XX.

SIMÕES, Alan Caldas. Libertação versus Hegemonia: Aproximação entre Paulo Freire e Antonio Gramsci. **Akrópolis,** Umuarama, v. 27, n. 1, p. 85-92, Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337018494_LIBERTACAO_VERSUS_HEGEMONIA_APROXIMACOES_ENTRE_PAULO_FREIRE_E_ANTONIO_GRAMSCI. Acesso em: 13 out. 2026.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2007.

ZITKOSKI, Jaime José. A refundamentação da educação popular à luz de uma nova racionalidade proposta por Freire e Habermas. **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 1, n. 1, p. 93-109, 2000. DOI: 10.31512/rch.v1i1.205. Disponível em: https://revistas.fw.uri.br/revistadech/pt_BR/article/view/205. Acesso em: 13 out. 2026.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire e uma nova filosofia da educação**. Porto Alegre: Cirkula, 2022.